

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

DÉCIO WANDERLEI HEYLMANN

**CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA
PARTICIPATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES
DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ - RS**

PICADA CAFÉ

2011

DÉCIO WANDERLEI HEYLMANN

**CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA
PARTICIPATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES
DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jean P. Palma Revillion

Co-Orientador: Prof. Msc. Elvis A. R. Wandscheer

PICADA CAFÉ

2011

DÉCIO WANDERLEI HEYLMANN

**CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA
PARTICIPATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES
DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Picada Café, 19 de Agosto de 2011.

Prof. Dr. Jean P. Palma Revillion - orientador
UFRGS

Profa. Susana Cardoso
UFRGS

Profa. Luciana Scarton
UFRGS

Dedico este trabalho para todas as pessoas que trabalham com produção orgânica para oferecer uma opção de alimento mais saudável a todas as classes sociais, sem se submeterem à pressão de multinacionais que fazem da agricultura convencional seu balcão de negócios, na venda de agrotóxicos.

A todos que se dedicam a fazer da alimentação saudável uma rotina diária e feliz.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa não é fruto somente do envolvimento pessoal do autor. Resulta do comprometimento de todos os envolvidos na trajetória do desenvolvimento do Curso à Distância, sobre Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, realizado pela UFRGS, no Polo de Picada Café-RS.

Primeiramente, agradeço ao amigo **Marcio Espínola** que, como assessor do Deputado Federal Paulo Pimenta, me incentivou a reunir condições, junto ao poder público municipal, para instalar um polo de Educação à Distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), pelo Governo Federal.

Agradeço à Coordenadora, **Carla Presser**, pela credibilidade, profissionalismo e parceria na viabilização, instalação e funcionamento dos nove cursos atuais de graduação e pós-graduação; pelo empenho com que ofereceu condições de estudo a todos os alunos da Educação à Distância do Polo de Picada Café-RS.

Agradeço às minhas amigas tutoras presenciais, **Silvânia Linck**, **Sandra Dietrich**, **Sandra Pinheiro da Luz** e **Patrícia Fries**: atenciosas, em momentos de dificuldades na compreensão das tarefas ou nos instantes em que dúvidas pessoais surgiam; incentivadoras, no propósito da realização do curso e na permanência firme na estrada escolhida.

Agradeço aos meus orientadores, **Jean Philippe Palma Revillion** e **Elvis Albert Robe Wandscheer**, que me ajudaram a entender e construir a proposta deste trabalho, com rápido *feedback*, orientação segura e críticas adequadas, corrigindo o enfoque do tema. Certamente, sem suas valiosas contribuições não teria sido possível imprimir, a esta pesquisa, a consistência necessária.

Agradeço aos meus orientadores de campo, **Patrícia Fries** e **Walfredo Gerhen**, pelo convívio e conhecimento técnico veiculado na orientação de estágio, como também por viabilizar o acesso, através do Secretário da Agricultura **Ricardo Fritsch**, aos dados e levantamentos da Prefeitura Municipal sobre a realidade agrária e produção orgânica do município de Picada Café-RS.

Agradeço a **Ricardo** e **Loiva Fritsch**, pela generosa acolhida em sua propriedade e na agroindústria, no momento da realização de meus estágios - **Coopernatural** e seus associados. Em especial, para minhas colegas de **PLAGEDER Ivete Karling, Marli Ruchel** e do atual presidente da Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural, **Remi Karling**, pelas pesquisas feitas em suas propriedades, dando a entender, na prática, como se sefativa a produção orgânica, com tudo que a envolve. Agradeço, também, a **Paulo Andreola** e **Leandro Venturim**, como representantes do núcleo **Serra** e **Rede Ecovida**. Através de suas atividades, pude perceber o que é certificação participativa, como funciona e qual sua relação com os demais grupos e núcleos.

Agradeço a todos os meus colegas de **PLAGEDER**, com os quais estabeleci as melhores relações de amizade. Em especial, ao nosso grupo de trabalho, composto por **Fabio Hoffman, Luciana Damaceno, Neusa Morchal** e por mim.

Agradeço a minha noiva, **Andréa Ferraz Perinazzo**, que me acompanhou em grande parte desta trajetória, demonstrando compreensão e apoio nos momentos de dificuldade e angústia.

Agradeço a meus **pais** e meus **irmãos**, que sempre estarão do meu lado, independente de meu sucesso profissional, mas para o qual, hoje, completo mais uma etapa no caminho que optei.

Enfim, a todas as pessoas para as quais, aqui, não dei visibilidade em forma de agradecimento, mas que sim, fizeram e fazem parte desta trajetória.

RESUMO

O sistema orgânico de produção tem se mostrado uma alternativa de produção diferenciada para a agricultura familiar que tem permitido alcançar satisfação ecológica, social e econômica propiciando a sustentabilidade e trazendo como garantia para o consumidor o aval da certificação participativa. Para melhor identificar e registrar a dinâmica que envolve a transformação de uma propriedade convencional para uma propriedade certificada dentro do sistema orgânico de produção usamos da metodologia científica para identificar as principais características dos processos de certificação orgânica participativa dos produtores familiares do município de Picada Café - RS. Para tanto, como objetivos específicos, essa pesquisa pretende: Caracterizar institucionalmente o sistema de produção orgânico desenvolvido no município de Picada Café – RS, identificar os principais fatores técnicos para a adoção do sistema de produção orgânica nas propriedades estudadas, identificar os principais fatores impactantes no custo de produção e certificação, para a conversão das propriedades estudadas para o sistema orgânico de produção e identificar as fontes de informação e capacitação para adequação dos processos produtivos das propriedades estudadas ao sistema orgânico de produção. Foi estudado o caso da Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural – COOPERNATURAL – pertencentes ao Núcleo Serra da REDE ECOVIDA – sua agroindústria processadora de produtos vegetais orgânicos, no município de Picada Café-RS.

Palavras-chave: Certificação Orgânica Participativa. Sistema Orgânico de Produção. Processo de Certificação.

ABSTRACT

The organic production system has become an alternative of differentiated production to the family agriculture that has allowed to reach ecological, social and economic satisfaction propitiating sustainability and bringing as an assurance to the consumer an endorsement of participatory certification. For a better identification and recording the dynamics about the transformation of a conventional property to a certified property in the organic production system we use of scientific methodology to identify the main characteristics of participatory organic certification processes of family producers in Picada Café-RS. For this way, with specific objectives, this search intends: To characterize institutionally the system of organic production developed in the City of Picada Café-RS; To indentify the main technical factors for adopting the organic production system on the studied properties; To indentify the main impact factors on the production and certification cost for conversion of the studied properties into the organic production system; To identify the training and information sources for adequacy of the production processes on the studied properties to the organic production system. Studied the case of the Cooperative Agricultural the Production and Marketing Natural Life – COOPERNATURAL - belonging to the Center of Serra ECOVIDA NETWORK - its agroprocessing industry that process organic vegetables products in the city Picada Café-RS.

Keywords: Participatory Organic Certification. Organic Production System. Certification Process.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Indicação da idade, mão de obra utilizada, tempo de produção e período de conversão nas propriedades orgânicas pesquisadas..... 38

TABELA 2 - Indicação da origem dos insumos, produção, comercialização e turismo rural nas propriedades pesquisadas..... 41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	- Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP	- Área de Preservação Permanente
BPF	- Boas Práticas de Fabricação
CAC	- Comissão de Avaliação de Conformidade
CEASA	- Central de Abastecimento
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA	- Conselho Estadual do Meio Ambiente
COOPERNATURAL	- Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural
COREDE	- Conselho Regional de Desenvolvimento
EMATER	- Empresa Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	- Instituto Brasileiro de Economia e Estatística
INMETRO	- Instituto Nacional de Metrologia
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
OPAC	- Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PIF	- Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
PRONAF	- Programa Nacional da Agricultura Familiar
SIPAF	- Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SPG	- Sistema Participativo de Garantia
UPA	- Unidade de Produção Agrícola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 OBJETIVO GERAL.....	15
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
2 METODOLOGIA.....	16
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	18
3.1 SITUAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ-RS.....	18
3.2 REDE ECOVIDA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA.....	20
3.3 COOPERATIVISMO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA.....	21
3.4 ASPECTOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA ORGÂNICA.....	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
4.1 CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA ESTUDADA.....	31
4.2 ESTRUTURA DA REDE ECOVIDA, NÚCLEOS REGIONAIS E GRUPOS....	34
4.2.1 Núcleos Regionais.....	35
4.2.2 Grupos.....	36
4.3 TRANSIÇÃO PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA NAS PROPRIEDADES.....	37
4.4 MANEJOS E CONTROLE DA VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA.....	39
4.5 VISTORIAS E FISCALIZAÇÃO.....	42
4.6 CUSTO DA CERTIFICAÇÃO.....	43
4.6.1 Certificação Auditada.....	43
4.6.2 Certificação Participativa.....	44
4.7 MERCADO DE PRODUTOS ORGÂNICOS.....	45
5 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES.....	55
APÊNDICE A - Questionário para os produtores rurais orgânicos	56

APÊNDICE B - Questionário para os representantes da Coopernatural sobre procedimentos da agroindústria	57
APÊNDICE C - Questionário para os representantes da comissão de avaliação de conformidade, núcleo Serra, da Rede Ecovida quanto aos procedimentos exigidos pela certificadora.....	58
APÊNDICE D - Questionário para os representantes da Rede Ecovida de Agroecologia, quanto aos procedimentos exigidos pela Certificadora.....	59

1 INTRODUÇÃO

No mundo todo, nas décadas de 1960/1970, a “Revolução Verde” e o início do processo de industrialização fomentaram diversas transformações. Com a desativação de pequenas agroindústrias, o êxodo rural, a mudança nos hábitos alimentares da população, o favorecimento da produção extensiva de trigo, soja, milho e arroz integrados e o surgimento das potentes **agroindústrias** incentivaram o uso de adubos químicos industriais, a mecanização e o uso de agrotóxicos (DAL SOGLIO; KUBO, 2009).

Nesse período, o município de Picada Café-RS e a região de entorno, de colonização alemã, tinham como base da economia, a agroindústria (moinhos de grãos, fábricas de queijos, matadouros, embutidos de carne, alambiques de cachaça e moinhos de óleo de amendoim). Porém, com a emergência da manufatura (indústria moveleira, alimentícia, metalúrgica, têxtil, de calçados, couro e estofados), o setor primário passou a ser menos importante para a economia da região, apesar do potencial existente (FLORES, 1996).

Atualmente, segundo dados da Prefeitura Municipal de Picada Café-RS, o setor de couro e calçados consiste na base da economia do município. As seis maiores empresas do setor de couro e calçados de Picada Café-RS empregam mais de três mil profissionais, havendo falta de mão de obra no município (CENSO, 2010). Já o setor primário contribui com aproximadamente 7% do ICMS arrecadado no município (IBGE, 2006), destacando-se a bovinocultura de leite, frango de corte e milho. A avicultura passou a ser mais expressiva na região devido à instalação de uma indústria de abate, assim como as atividades de reflorestamento, pois, atualmente, a Prefeitura Municipal oferece subsídios para a aquisição das mudas (FRITSCH, 2010).

No município a população ligada à atividade rural apresenta idade avançada e os jovens procuram outras atividades, principalmente nas fábricas da região. Em torno de 12% da população do município se encontra no meio rural (CENSO, 2010). Segundo a Secretaria Municipal da Agricultura, existem cadastrados 240 produtores rurais que mantêm ativo o seu registro de produtor, com algum movimento de compra e venda no setor primário (FRITSCH, 2010).

Contudo, neste município a maioria das propriedades tem aptidão para o cultivo de frutíferas, pois predomina um clima temperado e subtropical, considerado ideal para produção de inúmeras variedades de frutas e um relevo acidentado, formado por morros que servem de quebra ventos natural, permitindo selecionar áreas nas encostas que possibilitam maior exposição solar ao norte (TONIETTO; MANDELLI, 2009).

Esta pesquisa pretende demonstrar que o setor agrícola do Município de Picada Café-RS pode se desenvolver a partir de uma nova orientação, baseada no sistema de produção orgânico, que emerge como uma das alternativas para contrapor as dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares. Porém, para a implantação desse sistema de produção existe a necessidade da certificação da unidade de produção agrícola-UPA, junto a uma empresa certificadora, de maneira a permitir que seus produtos sejam produzidos, processados e reconhecidos como alimentos diferenciados no mercado (MEIRELES, 2003).

Uma questão crítica na escolha desses sistemas está relacionada ao custo e a metodologia empregada por algumas empresas certificadoras, que podem ser considerados um impedimento principalmente para o pequeno produtor da agricultura familiar (MEIRELES, 2003). De fato, um dos caminhos encontrados pelos produtores familiares estudados nessa pesquisa foi o da organização em rede, objetivando a criação de um processo de certificação participativa e acessível dentro do sistema de produção orgânico – sistema exigente no estabelecimento de relações socioculturais consistentes para promover a inter-relação necessária para obter e manter a certificação.

A recente instalação da agroindústria de produtos orgânicos Coopernatural no município de Picada Café-RS permitiu que seus associados passassem a processar e agregar valor à produção rural, recuperando propriedades que se encontravam ociosas, e atingindo um mercado consumidor crescente nesta região, o do produto orgânico produzido pela agricultura familiar. Esta oportunidade vem atraindo aqueles jovens que saíram em busca de melhores condições de vida nas indústrias locais, fazendo-os retornar à propriedade rural.

Esta pesquisa pretende esclarecer quais fatores foram relevantes para a conversão de produtores familiares ao sistema participativo de garantia (SPG) orgânica no município de Picada Café–RS. Este tema se justifica por focar uma questão social do município: é preciso integrar os jovens nas atividades produtivas para que continuem produzindo nas propriedades rurais de seus pais, através da remuneração justa, conquistada por meio da apropriação de processos da produção orgânica, desde a implantação dos pomares, da agroindústria, até a venda final aos consumidores.

1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar as características dos processos de certificação orgânica participativa dos produtores familiares do município de Picada Café–RS se coloca como o objetivo geral deste trabalho.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Caracterizar institucionalmente o sistema de produção orgânico desenvolvido no município de Picada Café–RS;

b) Categorizar os principais fatores técnicos para a adoção do sistema de produção orgânica nas propriedades estudadas;

c) Identificar os principais fatores impactantes no custo de produção e certificação, para a conversão das propriedades estudadas para o sistema orgânico de produção e

d) Distinguir as fontes de informação e capacitação para adequação dos processos produtivos das propriedades estudadas ao sistema orgânico de produção.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa possui um caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa de natureza aplicada. O método utilizado é o de estudo de caso (YIN, 2001) da Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural, Coopernatural - pertencente ao Núcleo Serra da Rede Ecovida - e de sua agroindústria processadora de produtos vegetais orgânicos, no município de Picada Café-RS.

A Coopernatural é constituída por vinte e sete produtores associados, estes possuem seis unidades de produção agrícola, já convertidas ao sistema orgânico de produção e com certificação, e pela agroindústria de processamento vegetal da Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural. Essa última beneficia e comercializa os produtos da agricultura familiar dessas seis unidades e de propriedades parceiras na região da Serra Gaúcha, que também possuem certificação participativa orgânica, voltadas à produção orgânica vegetal. A agroindústria localiza-se no bairro Floresta, no município de Picada Café-RS.

Inicialmente foi desenvolvido um estudo bibliográfico sobre as características, o histórico e a dinâmica da produção orgânica no município de Picada Café-RS. Esta análise permitiu detalhar vários aspectos de importância, considerando os objetivos deste estudo e, também, contextualizar as motivações e estratégias subjacentes ao desenvolvimento da Coopernatural neste município.

De forma complementar, também foram realizadas entrevistas com tomadores de decisão e especialistas chave para o entendimento das questões pertinentes a esta pesquisa. Foi aplicado um questionário semiestruturado (Apêndice A), isto é composto por questões objetivas e subjetivas. A amostra intencional foi composta por quatro produtores agrícolas já integrados ao sistema orgânico de produção. Justifica-se a escolha desta amostra intencional pelo fato de que esses quatro produtores dominam todos os processos da cadeia produtiva, da produção, industrialização e comercialização. Outro questionário semiestruturado (Apêndice B), foi aplicado ao representante da Coopernatural. Como especialistas externos, foram entrevistados, através de questionário semiestruturado (Apêndice C), um representante da Rede Ecovida de Agroecologia. Finalmente, foi entrevistado o representante da Comissão de

Avaliação de Conformidade (CAC) do Núcleo Serra, com questionário específico (Apêndice D). Sendo que todas as entrevistas e aplicações dos questionários foram efetuadas pessoalmente no município de Picada Café-RS, no período de 2009 a 2011.

Os dados levantados através das entrevistas e dos questionários sofreram análise, de acordo com os objetivos deste estudo, porém, o pesquisador estava consciente de que poderia obter um conjunto de respostas capazes de exigir uma reavaliação dos elementos que norteavam a pesquisa, conforme coloca Gerhard e Silveira (2009, p. 58):

[...] Mas a realidade é sempre mais complexa do que as hipóteses e questões elaboradas pelo pesquisador, e uma coleta de dados rigorosa sempre traz à tona outros elementos ou outras relações não cogitadas inicialmente. Nesse sentido, a análise das informações tem uma segunda função, a de interpretar os fatos não cogitados, rever ou afinar as hipóteses, para que, ao final, o pesquisador seja capaz de propor modificações e pistas de reflexão e de pesquisa para o futuro.

Optou se em mesclar os procedimentos de pesquisa entre os métodos empíricos e científicos, porque durante a realização dos estágios, obtive conhecimento da realidade estudada.

Para fins desta pesquisa, os entrevistados serão identificados, por ocasião da análise de dados, com as letras A, B, C..., de acordo com as identificações por letras alfabéticas atribuídas às propriedades que fizeram parte desta investigação, de maneira a organizar estrategicamente as informações coletadas.

A construção de um modelo de análise e a posterior coleta de dados, com a amostra intencional dos entrevistados, permitiu uma criteriosa avaliação, visando à construção científica do conhecimento sobre o processo de certificação orgânica participativa dos produtores familiares do município de Picada Café-RS.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 SITUAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ - RS

O município de Picada Café-RS faz parte da Região das Hortênsias, estando localizado na região Encosta Inferior do Nordeste do Rio Grande do Sul. Os municípios de Nova Petrópolis, ao norte; Morro Reuter, ao sul; Santa Maria do Herval, a leste; e Linha Nova, a oeste, estabelecem o limite territorial com Picada Café-RS.

A sede localiza-se a 90 km de Porto Alegre, 55 km de Caxias do Sul e 12 km de Nova Petrópolis, tendo como principais vias de acesso a BR 116 e a VRS 815. Na região predominou a colonização alemã, iniciada em 1844 e culminando com a emancipação do município, a 20 de março de 1992 (FLORES, FLORES, 1996).

Historicamente, a economia do município de Picada Café-RS era baseada na agricultura familiar, mas com o advento da industrialização, na década de 1960, indústrias de couro e calçado se instalaram no município. Frente a essa mudança, os jovens do campo foram em busca dos salários fixos dessas indústrias, causando o êxodo e o envelhecimento da população rural (FLORES, FLORES, 1996).

As propriedades do município de Picada Café-RS, entretanto, possuem um enorme potencial para produzir inúmeras variedades de frutas com valor agregado, devido à forte influência do clima que antecipa a colheita dos frutos. Várias dessas propriedades, porém, encontra-se em estado de ociosidade, devido ao envelhecimento da população rural e à falta de iniciativas dos jovens em investir nas propriedades ou buscar novos mercados, informação oral de (FRITSCH, 2010).

De fato, existem seiscentas e oitenta matrículas de propriedades rurais no município, todas de pequeno porte, em média de até 10 hectares por família. Porém, o número que movimenta seu talão de produtor anualmente, reduz-se para duzentos e quarenta. Geralmente, esse movimento no talão do produtor é realizado para garantir a aposentadoria rural, informação oral de (FRITSCH, 2010).

Nesse contexto, várias propriedades de Picada Café-RS se limitam a praticar agricultura de subsistência, tendo entre seus membros alguém com rendas externas ou aposentadoria rural, sendo essa a principal fonte de renda familiar. Assim, pelos mais variados motivos, entre eles, o desinteresse dos mais jovens, que optaram por trabalhar nas indústrias, garantindo uma renda mensal à família, como já mencionado, essas propriedades não se mostram lucrativas, informação oral de (KLAUCK, 2009).

As propriedades que praticam a agricultura convencional, geralmente em baixa escala, devido ao relevo acidentado do terreno, submetem-se a entregar sua produção aos intermediários. Essa característica de mercado retira do produtor a possibilidade de obter maiores rendimentos e tornar sua propriedade autossustentável. Atualmente, 90% do que é produzido na agricultura convencional, em maior ou menor escala no município, é adquirido por atravessadores, ambulantes, varejistas e pequenos agricultores que levam o produto à Central de Abastecimento (CEASA) e aos grandes centros urbanos, ficando com boa parte dos rendimentos da produção, informação oral de (FRITSCH, 2010).

As propriedades que praticam a agricultura orgânica, diferentemente da convencional, dominam todas as etapas da cadeia produtiva. A participação da Cooperativa, e sua agroindústria, agregam maior valor à produção, obtém maiores rendimentos e qualidade de vida, conhece o mercado, elimina os elos na cadeia de comercialização, de forma a abastecer diretamente seus consumidores, seja com vendas via *site* ou em feiras de agricultura familiar (MEIRELES, 1994). Há maior perspectiva de renda, devido à possibilidade de beneficiamento na agroindústria de produtos de alto valor agregado, o que vem atraindo o interesse dos jovens nesse sistema de qualidade e certificação (PRETO, 2010). De fato, existe enorme possibilidade de desenvolvimento da agricultura orgânica nas propriedades ociosas do município, valorizando as pessoas e os conhecimentos que adquiriram ao longo do tempo, respeitando a legislação ambiental e trabalhista, e praticando a agricultura de maneira sustentável.

Importa considerar que são encontradas nesse contexto, propriedades ociosas cuja produção se limita à subsistência familiar, mas produzem de maneira orgânica. Porém, não estão incluídas no mercado orgânico, devido à falta de informações sobre os processos de certificação e os custos decorrentes desse processo (MEIRELES, 2003).

Portanto, pode-se justificar a introdução da produção orgânica nestas propriedades pela probabilidade de atingir um nicho de mercado que foi aberto através da produção orgânica, com a participação da Cooperativa, que possui grande demanda de mercado, informação do relatório de estágio (HEYLMANN, 2010). Em particular, a Cooperativa de produtores possui uma marca forte e consolidada no mercado, comercializando diretamente com o consumidor final, sem a presença de intermediários, estando garantida a venda de toda produção orgânica (SCHMITT, 2002).

3.2 REDE ECOVIDA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA

A Rede Ecovida surgiu em 1994, a partir dos resultados de uma discussão de organizações populares e não governamentais, na construção de uma alternativa ao modelo de agricultura caracterizado pela Revolução Verde (SANTOS, 2005).

A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpáticas com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos bem definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos por seus membros (REDE ECOVIDA, 2001).

A Rede Ecovida é um espaço informal, sem estrutura legal, que permite que os núcleos regionais definam critérios específicos mais ou menos rígidos, em relação às normas de produção e certificação. Os núcleos têm a liberdade de conduzir as ações e o processo de certificação e elaborar seu regimento interno de funcionamento. Além disso, cada núcleo possui um conselho de ética, que fiscaliza e promove o intercâmbio entre os membros (SANTOS, 2005).

3.3 COOPERATIVISMO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA

As cooperativas estão sendo uma resposta ao mundo globalizado, servindo de ferramenta de luta política para enfrentar os desafios de geração de emprego e renda, e um contraponto à concentração de riquezas. As cooperativas de produção orgânica são empresas cidadãs que trabalham pelos interesses da coletividade, defendendo a bandeira do desenvolvimento sustentável através da produção de alimentos limpos e saudáveis, e na defesa da agroecologia. Além disso, vem a consolidar a democracia da participação popular, trazendo conhecimentos e tecnologias em benefício dos associados (SCHNEIDER, 2004).

A Coopernatural (Cooperativa Vida Natural) de Picada Café-RS nasceu associação em 2001, com um grupo de onze agricultores. Atualmente, a Cooperativa conta com 27 associados, o que trouxe maior representatividade ao grupo devido a sua organização social, facilitando a captação de recursos para financiamentos e participações em feiras (SCHNEIDER, 2004).

A certificação dos produtos da Coopernatural é realizada pela Rede Ecovida, através de um sistema participativo de garantias. Realizada através da Certificação Participativa de Produtos Ecológicos e Organização de Núcleos Regionais, que se contrapõe aos métodos tradicionais de certificação. Apresenta um caráter inovador, pela participação de consumidores, agricultores e técnicos, que propõe metodologias novas de organização e certificação. Efetivada de maneira participativa, gera maior credibilidade e diminui custos aos associados da Cooperativa (SANTOS, 2001).

Segundo histórico da cooperativa, fundada em 2004, a unidade veio para promover e fomentar uma agricultura sustentável, tanto do ponto de vista ecológico como socioeconômico, procurando fixar o homem no campo, através de uma remuneração justa e digna pelo seu trabalho. Ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente para as futuras gerações, leva saúde para as pessoas que se alimentam desses produtos. Em suma, uma associação para promover a qualidade de vida (COOPERNATURAL, 2010).

As cooperativas são criadas para servir a seus membros através da geração empregos, distribuição de renda, justiça social, segurança alimentar, defesa do meio-ambiente, desenvolvimento local e regional sustentável, contrapondo se à concentração de riquezas (SCHNEIDER, 2004, p.93).

A Coopernatural (COOPERNATURAL, 2010) acredita que é a partir da alimentação que se obtém a energia vital para auxiliar na construção da saúde do homem, em seu pensar e agir, em seu modo de se relacionar. A missão da Coopernatural consiste em oferecer produtos alimentares saudáveis, produzidos organicamente; processo esse garantido através de uma certificação, sempre pensando com consciência e responsabilidade, preservando a Terra, a Natureza e o meio ambiente.

O associado da cooperativa produz um alimento cultivado sem agrotóxicos e sem fertilizantes químicos. Resultado de um sistema de produção agrícola que, baseado em processos naturais, busca manejar de forma equilibrada o solo e os demais recursos, seja água, vegetais, animais, no intuito de preservar a vida e manter a harmonia desses elementos entre si, com os seres humanos e o meio ambiente. Trata-se de um produto resultante de um processo diferente do obtido através do sistema convencional da agricultura, que emprega elevadas doses de inseticidas, fungicidas, herbicidas e adubos químicos altamente solúveis, como forma de controle. Constata-se que o processo convencional de produção pode contribuir para que os alimentos tenham baixo valor nutricional e a toxicidade desses agroquímicos pode ser a causa de doenças que afetam o homem em proporção crescente, sem esquecer a contaminação do ambiente, das águas e da natureza (COOPERNATURAL, 2010).

Para preparar o produtor convencional a produzir de forma orgânica, atendendo as leis e as normas de certificação, é fundamental sua participação em atividades da cooperativa, o que contribui para o aprendizado dos associados quanto aos aspectos de administração da UPA, questões tributárias, contábeis, responsabilidades técnicas, controles de qualidade, e melhorando aspectos relativos à marca dos produtos a serem comercializados (SCHNEIDER, 2004).

A mudança no perfil do produtor rural familiar de Picada Café-RS, exige maior envolvimento das entidades representativas, para que possa mobilizar esses agricultores a praticarem um novo modelo de agricultura. Ao mesmo tempo, exige dos

agricultores o reconhecimento dos processos de produção orgânica, adequando os manejos existentes aos exigidos na certificação, promovendo mudanças na realidade local a partir da Cooperativa de Produtores, através do trabalho de aspectos como certificação das propriedades ociosas do município e adequação da legislação do produto orgânico em vigor, informação oral (FRITSCH, 2010).

Para isso, são essenciais ações de políticas públicas que incentivem o agricultor convencional a interessar-se pela agroecologia, assim como programas municipais de apoio a produtores orgânicos, como a PRONAF Mais Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e feiras de produtores rurais. A participação de produtores orgânicos em feiras da agricultura familiar potencializa o resgate do saber popular, através da troca de informações, motivando o produtor a comercializar seu próprio produto, ao mesmo tempo em que cria vínculos com os consumidores (SCHMITT, 2002).

Mesmo que o cooperativismo tenha uma função importante na região, no município de Picada Café-RS o cooperativismo rural é uma atividade relativamente recente, onde as atividades se estabelecem como importantes geradoras de produção mais qualificada e de renda adicional para os produtores associados de cada localidade e região. As cooperativas ligadas a Rede Ecovida, instaladas nos municípios da região proporcionam considerável retorno a seus associados, gerando benefícios para toda comunidade porque recolhem tributos, contribuindo com o poder público local. Com sua atuação conectada em redes, as cooperativas favorecem o movimento da comunidade em prol da produção orgânica e agroecológica, oferecendo para consumo da população alimentos saudáveis, sem ingredientes nocivos à saúde (SCHNEIDER, 2004).

Atuando de forma estratégica e política, em conjunto com outras entidades, as cooperativas associadas a Rede Ecovida, reforçam as ações das redes nas instâncias dos Coredes e do Orçamento Participativo. Para implantar o primeiro ponto de vendas dos produtos, uma tenda de comercialização da agricultura familiar foi instalada, em 2001, às margens da Rodovia Presidente Getúlio Vargas BR116, com recursos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, conseguidos pela Coopernatural (SCHNEIDER, 2004).

Através das cooperativas, também é facilitado o acesso ao crédito dos associados, possibilitando uma assistência técnica eficiente aos mesmos, melhorando os serviços de infraestrutura, objetivando a obtenção de melhor produtividade média por produtor. O produto beneficiado agrega valor à produção criando, assim, melhores condições para a comercialização através de feiras de produtos orgânicos e da economia solidária, financiada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

[...] o cooperativismo muito tem a contribuir para o fomento e a geração de polos micro-regionais e locais de desenvolvimento integral, humano e sustentável. Pois os sócios de uma cooperativa são membros ativos daquela comunidade, nelas têm fincadas suas raízes. Na cooperativa exercitam a democracia e decidem coletivamente sobre os destinos do excedente gerado pela empresa Enquanto tais, os associados priorizam também a reaplicação da maior parte dos excedentes gerados pela cooperativa dentro do próprio município ou da Região (SCHNEIDER, 2004, p.10).

Existe muito mais que comércio na relação entre consumidor, sociedade e a Coopernatural. Os cooperativados desejam que o consumidor saboreie os produtos e se satisfaça. Para atingir esse objetivo, é necessário muito mais que comércio. Segundo seus próprios associados:

Cultivamos nossas lavouras e nossos pomares, mas a nossa meta principal é cultivar a amizade que criamos com os consumidores. É isso que nos dá o prazer pessoal de participar desta cadeia. Firmamos relações prazerosas e sadias, sejam elas entre nós e a natureza, sejam elas entre nós e nossos consumidores o que nos dá o reconhecimento de vários segmentos da sociedade brasileira. Ser cooperativado representa organização, ajuda mútua e novos métodos de organização de trabalho (COOPERNATURAL, 2010).

Em junho de 2010 houve a inauguração da agroindústria de processamento vegetal da Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural. Esse empreendimento tornou-se realidade através de políticas públicas municipais de incentivo aos agricultores familiares de Picada Café-RS que, de forma conjunta com os associados da Cooperativa, apresentou um projeto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo contemplado com a liberação de recursos para construção da agroindústria e a compra de equipamentos. A contrapartida dos associados foi à doação da área de terras para ser implementada a agroindústria, na forma de comodato ao município, por quinze anos, informação do relatório de estágio (HEYLMANN, 2010).

A agroindústria da Coopernatural beneficia os produtos da agricultura familiar, voltados à produção orgânica vegetal, com o objetivo de agregar valor aos produtos agroecológicos e possibilitar o aumento da produção (PRETO 2010). Localizada no bairro Floresta do município citado anteriormente, o qual faz parte da Rota Romântica do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) da Região das Hortênsias. No município, há seis propriedades de pequeno porte que possuem certificação e produzem de forma orgânica, beneficiando sua produção nessa agroindústria, informação do relatório de estágio (HEYLMANN, 2010).

Agroindústria é uma unidade empresarial na qual ocorrem as etapas de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários “in natura” até a embalagem, prontos para comercialização, envolvendo diferentes tipos de agentes econômicos, como comércio, agroindústrias, prestadores de serviços governo e outros (ARAUJO, 2005, p.93).

Os produtos processados nessa agroindústria de cooperados familiares provêm das próprias propriedades dos associados da Coopernatural ou, ainda, de propriedades parceiras na região da Serra Gaúcha que possuem certificação participativa orgânica. As parcerias se fizeram necessárias devido ao aumento da comercialização dos produtos. Garantiram, assim, a confiança do consumidor, firmando contratos com propriedades certificadas pela Rede Ecovida (MIELE; SCHULTZ; WAQUIL, 2010).

O ambiente institucional em que esta agroindústria está inserida estabelece o rigor no cumprimento das leis ambientais, especialmente entre produtores parceiros, onde em forma de contratos de parceria, abastecem com sua matéria-prima esta agroindústria, voltada à produção de produtos orgânicos. Desse modo, a Coopernatural estabeleceu uma abrangência regional, através da certificação dos seus produtos, que passa a ser uma referência aos consumidores. A relação da cooperativa com a Rede Ecovida e das demais cooperativas associadas tem sido de fundamental importância, devido ao acesso às informações referentes à legislação de produtos orgânicos, bem como às mudanças recentes relacionadas às questões ambientais (MIELE; SCHULTZ; WAQUIL, 2010).

As organizações de menor escala, voltadas a nichos de mercado, apresentam grande diversidade de formas e estratégias. São micro, pequenas e médias empresas e cooperativas, agroindústrias familiares e outras experiências associativas. Essas organizações têm uma abrangência local ou regional e se constituem em canais de comercialização mais curtos, próximos dos pontos de venda e do consumo. Há grande heterogeneidade em termos de diversificação, extensão da linha de produtos e grau de integração (MIELE; SCHULTZ; WAQUIL, 2010, p.08).

Os produtos processados por agroindústrias, que recebem um mínimo de 51% de matéria-prima oriunda da agricultura familiar na composição dos produtos, também podem utilizar o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF). Na Coopernatural utiliza-se esse selo para identificar os produtos que tenham origem da agricultura familiar. O selo serve para dar visibilidade às empresas e aos empreendimentos da agricultura familiar que promovem a inclusão econômica e social dos agricultores, gerando mais empregos e renda no campo (REVILLION, 2010).

3.4 ASPECTOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA ORGÂNICA

A certificação surgiu pela necessidade de diferenciação de uma produção alternativa que se contrapõe à convencional e pela necessidade dos próprios produtores orgânicos de obterem uma marca que os diferenciasses dos produtores convencionais, também porque o consumidor compra algo que ele não enxerga, um alimento limpo e puro, sem agrotóxicos (MEIRELES, 2003).

Na maioria dos países, a legislação exige certificações para produtos que serão comercializados com qualidade orgânica, sendo essa uma das exigências para a exportação dos produtos brasileiros. Mesmo nas comercializações internas, os compradores dos estados da Região Norte do Brasil exigem determinados certificados, obrigando exportadores da Região Sul a contratarem mais que uma certificadora, tornando os custos elevados e insustentáveis (MEIRELES, 2003).

Segundo o Decreto nº 6.323 (BRASIL, 2007), que disciplina as atividades pertinentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica, definidas pela Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, certificação orgânica é o ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado garante, por escrito, que uma produção ou um

processo claramente identificado foi metodicamente avaliado, e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes.

Segundo essa mesma normativa, existe duas alternativas de certificação:

a) Sistema Participativo de Garantia (SPG) - certificação com base, sobretudo, no controle social, sendo que os produtores devem estar organizados e uma entidade jurídica, sob o controle dos mesmos, deve estar registrada junto ao Ministério da Agricultura, que fará o controle direto do setor. Essa entidade, legalmente constituída, será responsável pela emissão de documentos de garantia da qualidade orgânica dos produtos, válidos para o mercado nacional;

b) Certificação auditada - realizada por certificadora creditada pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) e credenciada junto ao Ministério da Agricultura, que fará o controle do setor. As certificadoras serão responsáveis pela emissão dos certificados que garantem a qualidade orgânica dos produtos, válidos para mercado nacional e mercados internacionais com os quais o Brasil possua acordos de equivalência.

Segundo Meireles (2003), o conjunto da estrutura criada para fiscalização e certificação do produto orgânico tem gerado custos ao produtor, impactando no valor final despendido pelos consumidores, restringindo o mercado ou, ainda, achatando os preços repassados aos agricultores, quando da entrega do produto ao mercado convencional. No entanto, a maioria dos consumidores considera justificável pagar custo superior, reconhecendo a onerosidade do processo. Nesse contexto, também segundo Meireles (2003), existe uma série de contradições quanto à necessidade de o produto orgânico ser mais caro que o convencional.

Porém, o preço cobrado pelas certificadoras convencionais representa uma barreira para o desenvolvimento da produção orgânica, o que acaba impedindo agricultores familiares na pretensão de desenvolver essa atividade. Além do custo elevado, a própria metodologia das certificadoras convencionais, que utilizam agentes externos à comunidade para realizar as inspeções, não estimula o surgimento de formas organizativas de agricultores familiares para atestar a credibilidade, burocratiza o acesso dos produtores à produção de orgânicos, por limitar sua criatividade evitando que a família agricultora se apodere do processo (MEIRELES, 2003).

A partir do contexto de obrigatoriedade da certificação, houve a necessidade de desenvolver um processo que viesse ao encontro das necessidades da agricultura familiar, surgindo no sul do Brasil a certificação participativa, realizada pela Rede Ecovida de Agroecologia (MEIRELES, 2003).

Para que o produtor orgânico consiga a certificação participativa, é fundamental ser integrante de uma organização (grupo, associação ou cooperativa), ser indicado por pessoa ou associação já ligado à Rede, ser aprovada pelo núcleo regional, preencher o cadastro de membro, pagar a anuidade, além de aderir e respeitar as práticas agroecológicas, observar o período de transição e participar das reuniões e treinamentos do grupo e da Rede Ecovida (SANTOS, 2005).

A certificação participativa em grupo tem se mostrado um meio eficaz de garantir a credibilidade aos produtos, baseado na confiança depositada no agricultor, que tem a responsabilidade de garantir a idoneidade de sua produção, podendo responder pelos seus atos. Em cada grupo, os integrantes tendem executar comportamentos corretos, sendo cobrados pela comissão de ética sobre os procedimentos e ações adotadas, tornando-se responsáveis pela honestidade do trabalho desenvolvido e sujeito do processo de desenvolvimento (MEIRELES, 2003).

Denominamos de Certificação Participativa o processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. Este processo resulta de uma dinâmica social que surge a partir da integração entre os envolvidos com a produção, consumo e divulgação dos produtos a serem certificados (MEIRELES, 2003, p.04).

O período de transição depende do grau de contaminação da propriedade, podendo variar entre um ano e meio a três anos, de acordo com cada realidade e o ritmo de cada agricultor. O desejo efetivo e constante de ecologização da propriedade precisa ser demonstrado pelo agricultor (MEIRELES, 2003).

A fiscalização em primeira instância é feita pelos próprios agricultores do grupo, que se autofiscalizam, e também pelos demais grupos da rede e pela Comissão de Avaliação de Conformidade (CAC) de cada núcleo. A propriedade deve permanecer aberta aos visitantes, consumidores e demais interessados na verificação das técnicas de produção e condições gerais do local (SANTOS, 2005).

Para permitir as atividades industriais e, ao mesmo tempo, evitar os danos ambientais provocados por essas atividades, a legislação brasileira exige das agroindústrias o Licenciamento Ambiental. Licenciamentos ambientais são procedimentos legais adotados no sentido de evitar que determinada atividade polua o meio ambiente (REVILLION, 2010).

Para que o projeto da agroindústria esteja de acordo com as leis ambientais vigentes, precisa atender as normas estabelecidas na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 285/2006, que dispõe sobre licenciamento de pequenas agroindústrias de baixo impacto ambiental, exigindo relatórios sobre impactos no meio ambiente, e a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA nº 128/2006, que aprova atividades consideradas poluidoras. Os estabelecimentos que não obtiverem essas licenças estão sujeitos a multas por desrespeito à legislação vigente (CARDOSO, 2010).

O atendimento da legislação sanitária da agroindústria é possível através de solicitação da licença, junto aos órgãos de públicos de inspeção, fiscalização e vigilância sanitária. O licenciamento sanitário de produtos de origem vegetal, com exceção de bebidas, é feito no Ministério da Saúde. No Rio Grande do Sul, o encaminhamento é feito junto às Coordenadorias Regionais da Saúde. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), também participa no controle da inocuidade dos alimentos, estabelece regulamento técnico sobre os padrões microbiológicos e de funcionalidade, além de atuar no transporte e nos pontos de comercialização (ANVISA, 2000).

A Coopernatural, atenta às questões legais dos processos de industrialização, proporcionou aos associados o curso de Boas Práticas de Fabricação – BPF, exigido nos processo de certificação da agroindústria e essencial para industrialização dos produtos, além de proporcionar orientações quanto à rastreabilidade da matéria-prima, identificação geográfica de origem e produção orgânica em escala (BRASIL, 2009).

A Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural de Picada Café-RS participa da Rede Ecológica de Agroecologia, através do núcleo Serra, onde pratica a certificação participativa em rede. Através da participação dos agricultores, técnicos e consumidores, é possível encurtar a distância entre eles e

conferir credibilidade aos produtos orgânicos. Por meio de visitas de inspeção nas propriedades dos associados da Cooperativa, é efetivada a conferência, através da realização de apontamentos das adequações a serem efetuadas, as quais têm registro nas atas da entidade. Na cooperativa local existe um grupo de representação dos associados, o conselho de ética, responsável por registrar em atas as práticas adotadas pelos associados, apontando se estão em conformidade com as normas de produção orgânica (MEIRELES, 2003).

A Certificação Participativa realizada pela Ecovida pode ser definida como um processo de geração de credibilidade em rede, realizado de forma descentralizada, respeitando as características locais, que visa aprimorar a Agroecologia e assegurar a qualidade de seus produtos através da participação, aproximação e compromisso entre os agricultores, os técnicos e os consumidores (SANTOS, 2005, p.44).

Para sistematizar as propriedades de acordo com as normas da certificação é preciso adequar o manejo da produção, que é de fácil adaptação na agricultura ecológica, utilizando uma proteção verde sobre o solo, mantendo-o limpo com roçadas. A fertilidade do solo é mantida utilizando-se de insumos para a compostagem da matéria orgânica produzida na agroindústria ou vermicompostos, para manter o equilíbrio de nutrientes, além de biofertilizantes à base de produtos naturais, que servem de adubo folhar para as plantas (MEIRELES, 2005).

O manejo dos pomares é feito através da associação de culturas, mantendo a diversidade da produção vegetal por meio de técnicas de rotação e consórcio, sendo obrigatória a aquisição de mudas totalmente orgânicas, após um período de cinco anos. As maiores dificuldades do manejo dos pomares são referentes ao manejo de pragas, que contaminam facilmente o produto orgânico (BRASIL, 2008).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão expressos de forma descritiva e não classificatória, em relação às respostas emitidas pelos entrevistados.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA ESTUDADA

A Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural (Coopernatural) iniciou suas atividades com produção orgânica em 2004, representando a primeira organização de agricultores familiares no município de Picada Café-RS e região, voltada à produção orgânica de alimentos. Atualmente, os cooperativados produzem, processam e comercializam sucos, geleias, doces em calda, sabonetes, derivados de cana de açúcar, chás, ervas, vinhos e espumantes (FRITSCH, 2010).

No período inicial, a cooperativa realizava a comercialização em uma tenda nas margens da BR116 ou através da venda direta ao consumidor, por meio de venda *in natura* e em pequenas feiras de produtor rural, o que acontece ainda hoje. Após a certificação das propriedades, os cooperativados ingressam em um novo mercado, principalmente pela participação na Rede Ecovida de Agroecologia, e pela participação em maiores feiras da agricultura familiar e economia solidária em vários locais no centro do País, de acordo com o que informou na pesquisa o proprietário da propriedade B.

Nas propriedades de produção orgânica existe diversidade de plantas e frutas cultivadas, onde o produtor se prepara para assumir um novo conceito de agricultura orgânica e sustentável: as Agroflorestas. Nelas, o manejo da agricultura se integra com o da floresta e o ser humano, podendo haver uma diversidade de frutas, trepadeiras, árvores nativas e vegetação rasteira, além de proteger o solo das intensas chuvas e da insolação direta. Na Propriedade C é possível observar os preparativos para esse novo modelo. Nota-se o plantio associado de árvores nativas com frutíferas como abacate, banana, nozes, pinheiros, aração, amoras e framboesas. O proprietário da propriedade C menciona que a agrofloresta é uma tentativa de harmonizar as atividades da agricultura com os processos naturais da vida existentes em cada lugar específico de atuação.

Com a implantação da agroindústria, afirma o Presidente da Cooperativa (2009/2011), a pretensão é associar os agricultores que dependem da agricultura familiar, pois foi constatado que das cinquenta propriedades do município de Picada Café-RS que trabalham na agricultura e dependem dela para garantir seu sustento, a produção orgânica é praticada em seis das propriedades, beneficiando a produção na agroindústria da Cooperativa.

Entretanto, os agricultores enfrentam dificuldades para atender as exigências da legislação quanto ao processamento do produto orgânico, visto que agora, com a agroindústria em funcionamento, todo o produto tem de ser processado dentro de uma única estrutura técnica padronizada, o que antes era feito de maneira artesanal e domiciliar. Para o processamento na agroindústria, também é exigido o atendimento às normas, de acordo com a legislação, que também são observadas pela certificadora, como notas fiscais de procedência de insumos e da matéria-prima, além da padronização dos processos de industrialização, alerta o Presidente da Cooperativa (2009/2011).

Alguns produtores associados da Cooperativa continuam a comercializar o excedente da produção de frutas *in natura* no mercado convencional, atendendo necessidade das fábricas de *schmier* da região. Outros, ainda, participam das feiras do produtor rural na região, onde predominam produtos convencionais, onde o produto orgânico é comercializado pelo mesmo valor do produto convencional. Essa estratégia visa conquistar, primeiramente, o consumidor do produto convencional, através do despertar da consciência para a importância de consumir um alimento saudável, para depois conseguir agregar custo valorativo ao produto orgânico, como refere o proprietário da propriedade C.

Para atingir uma fatia maior de mercado, a Coopernatural passou a agregar valor aos seus produtos na agroindústria e buscou novos canais de comercialização através da criação de seu *site*, para divulgação e venda dos itens de produção, ressalta o proprietário da propriedade B. Além disso, destaca que os cooperativados obtiveram apoio do poder público, sendo o mais relevante, o apoio que o Governo Federal presta às cooperativas. Assim, a Coopernatural conseguiu, junto ao MAPA, apoio para

participar das principais feiras da Agricultura Familiar no Estado do RS e no centro do País.

O proprietário da propriedade B evidencia dados referentes à existência atual de diferentes canais para comercialização da produção orgânica, ou seja, ocorrem em feiras livre, nas propriedades, em lojas e fruteiras ecológicas, restaurantes, encomendas diretas e via *site* na *internet*. A Coopernatural vende 95% da produção industrializada no centro do País, para lojas específicas, com interesse em comercialização de orgânicos.

A distância, em relação ao mercado consumidor, constitui importante variável a ser administrada pela Coopernatural, decorrente dos altos custos de transporte, logística e seguro da carga para atender o foco principal do mercado da Cooperativa, o que implica desabastecer estados como o da Bahia, por exemplo. A distância entre a Cooperativa e o consumidor dificulta sua participação no processo de fiscalização da certificação participativa, tornando inviável essa comercialização (Proprietário da propriedade B).

Nas propriedades dos associados da Coopernatural estão sendo aproveitadas as trilhas em meio à mata fechada para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Turismo Rural e Pedagógico, com a oferta de degustação de diversas frutas, em meio às agroflorestas. Algumas propriedades de associados da cooperativa oferecem hospedagem aos consumidores de centro do país, possibilitando o conhecimento e a participação das vistorias nas certificações participativas. Também há hospedagem para clientes que fizeram contato nas feiras da Economia Solidária que, dependendo de sua disponibilidade, organizam roteiro na Serra Gaúcha, aproveitando para visitar essas propriedades, pagando pela hospedagem, o que as favorece de alguma maneira (Proprietário da propriedade B).

O conceito acima pode ter incluído a menção do proprietário da propriedade C, ao evidenciar que acredita tanto no turismo rural quanto na produção orgânica, como atividades complementares às propriedades agrícolas. Os visitantes podem ser potenciais consumidores dos produtos orgânicos e ainda atestar credibilidade ao sistema de produção.

4.2 ESTRUTURA DA REDE ECOVIDA, NÚCLEOS REGIONAIS E GRUPOS

A atual estrutura de desempenho da Rede Ecovida está, basicamente, nos três estados do sul do Brasil (Rio Grande do Sul-RS, Santa Catarina-SC, Paraná-PR), mas, também, no estado de São Paulo-SP, abrangendo aproximadamente 226 municípios. A Rede Ecovida está dividida em vinte e cinco (25) Núcleos, sendo nove (9) Núcleos no RS, oito (8) em SC, sete (7) no PR e um (1) em SP, com aproximadamente três mil (3.000) famílias, informa o representante da Rede Ecovida, em entrevista para esta pesquisa (2009/2011).

Destaca, também, que anualmente a rede Ecovida proporciona à comissão de avaliação uma capacitação em agroecologia e certificação para os produtores. A capacitação na parte ambiental está inclusa na capacitação para a produção e para o processo certificativo.

Segundo o Representante da Rede Ecovida (2009/2011):

A rede disponibiliza um curso básico de iniciação na produção orgânica e outros treinamentos específicos conforme o interesse do produtor. Também acontecem as trocas de experiências entre os agricultores e cartilhas com informações para produção orgânica.

As informações referentes aos processos de manejo e custos da certificação podem ser disponibilizadas na Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural de Picada Café-RS e na Associação Ecovida de certificação participativa, através do núcleo Serra. O representante da Rede Ecovida (2009/2011) salienta que a associação, até 2010, enfrentava dificuldades para comercialização em centros de consumo mais distantes, devido aos interesses de certificadoras convencionais que não reconheciam, nos processos de certificação participativa, a validade necessária dos produtos orgânicos rio-grandenses para atingir o mercado nacional.

Em 24 de dezembro de 2010, através do Ofício nº 85/2010/COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA, a Associação Ecovida de Certificação Participativa é reconhecida oficialmente em todo território nacional e está credenciada junto ao MAPA, como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica – OPAC. Dessa forma, está autorizada a atuar na certificação de produção primária

vegetal, produção primária animal, processamento de produtos de origem vegetal, processamento de produtos de origem animal e extrativismo sustentável orgânico. Atualmente, a Ecovida está comercializando seus produtos em 22 Estados do Brasil.

Mesmo que a Rede Ecovida tenha atuação concentrada nos três Estados do Sul do Brasil, a Coopernatural pouco se beneficia da inter-relação entre a rede para comercializar seus produtos. A Cooperativa opta pela comercialização nos grandes centros do Brasil devido à fatia de mercado conquistada nas participações das feiras da Economia Solidária organizadas pelo MAPA, refere o Presidente da Coopernatural, no questionário de entrevista desta pesquisa (2009/2011).

O fluxo de entrada dos produtos da Coopernatural no mercado local e regional encontrou empecilhos, devido ao poder aquisitivo da população. O representante da Rede Ecovida (2009/2011), durante a pesquisa, afirmou que “os consumidores de produtos orgânicos encontram-se nas classes sociais A e B, consumidor com melhores condições de renda e escolaridade, aspectos fundamentais na condição de perfil do atual consumidor de produtos orgânicos”, indicando que essa questão precisa ser trabalhada de forma pontual. A opção pelo mercado do centro do país foi determinada por considerar elevado o poder aquisitivo daquela população, se comparado com a do sul do Brasil. Devido a esses aspectos relacionados à renda e valorização do produto orgânico no centro do País, a Coopernatural decidiu por um mercado mais distante, o que resultou na ampliação da abrangência dos produtos ligados à rede Ecovida com certificação participativa, refere o Presidente da Cooperativa (2009/2011).

4.2.1 Núcleos Regionais

A estrutura e funcionamento dos Núcleos Regionais incluem coordenação, conselho de ética, regimento interno e encontros anuais com a participação de dois representantes de cada grupo associado (SANTOS, 2005).

O núcleo Serra é composto por vinte e sete (27) grupos cadastrados com certificação participativa, abrangendo duzentos e doze (212) famílias de agricultores familiares e suas agroindústrias. Nesse núcleo existe um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas em um Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Sua estrutura organizacional está constituída pela Comissão de Avaliação de Conformidade (CAC) e Conselho de Recursos, ambos compostos por representantes dos membros de cada SPG (BRASIL, 2008).

O proprietário da propriedade D e integrante do CAC, em comentário durante a realização deste estudo, classifica a Comissão de Avaliação de Conformidade como encarregada de realizar visitas, com a finalidade de vistoriar, fiscalizar e trabalhar nos grupos, as questões que norteiam a produção agroecológica. Reforça que a comissão é composta por doze membros indicados pelos grupos, sendo seis componentes destinam-se a vistoriar as propriedades e as demais, as agroindústrias.

Segundo o representante do Núcleo Serra e integrante do CAC (2009/2011),

A CAC é composta por um conselho de verificação que nomeia um coordenador e um suplente, que farão parte do conselho geral de verificação da Rede. O conselho de verificação do núcleo, por sua vez, define uma dupla de conselheiros, que farão a visita de avaliação do grupo a ser avaliado, a estes se junta o representante do grupo visitado (titular ou suplente), formando assim a comissão de verificação. Esta, ao final da visita emite um parecer registrado em ata, da conformidade ou não do grupo. Durante a visita a comissão é orientada por um roteiro de verificação baseadas nas Instruções Normativas 18, 19 e 64.

4.2.2 Grupos

Cada grupo tem, por norma, um conselho de ética, responsável pela revisão dos pares (controle interno). Desse conselho de ética, é nomeado um titular e um suplente para fazer parte da CAC do núcleo para acompanhar as vistorias nas propriedades do grupo, conforme palavras do representante da Rede Ecovida, por ocasião da pesquisa (2011).

Na cooperativa ocorrem reuniões mensais, visando informar aos associados as normas de certificação e apontamentos efetuados nas vistorias realizadas pela CAC, momento em que é cobrado, dos integrantes, as adequações necessárias em cada caso diagnosticado e registrado em ata por ocasião da vistoria. Para que o grupo todo não perca a certificação, é necessário fazer uma autofiscalização entre os membros, aproveitando-se dos apontamentos registrados em atas, quando houver questões a serem resolvidas nas propriedades. Caso haja gravidade na questão, é exigida a comunicação imediata ao coordenador do núcleo regional da Serra, a fim de que seja

feita averiguação das irregularidades apontadas pelo grupo. Ao diagnosticar um problema, se o grupo não tomar as providências necessárias para resolvê-lo ou deixar de registrá-lo e repassar diretamente ao núcleo regional, todo o grupo poderá ser penalizado com a perda da condição de certificado pela rede Ecovida. Essas são as regras anunciadas pelo representante do Núcleo Serra, integrante da CAC (2009/2011).

4.3 TRANSIÇÃO PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA NAS PROPRIEDADES

Atualmente, há falta de matéria-prima na produção orgânica. Essa pode ser uma oportunidade para propriedades rurais, que se encontram ociosas no município, adaptarem seus manejos através da transição de um sistema a outro e certificar suas propriedades como orgânicas, para produzir matéria-prima, beneficiando-a na agroindústria (HEYLMANN, 2010).

Somente os agricultores ligados à Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural detêm as informações e conhecimentos necessários capazes de preparar os produtores para a transição, apropriando-se de todas as etapas do processo de produção, industrialização e comercialização de produtos orgânicos, além de dominarem as questões referentes à legislação orgânica e ambiental, garante o Presidente da Cooperativa (2009/2011).

Para conseguir a certificação, o produtor ou grupo associado deve seguir as etapas exigidas pela certificadora, para que ocorra a transição de uma propriedade convencional para orgânica. Um dos primeiros passos para que ocorra essa certificação participativa é que o produtor seja integrante de um grupo (associação, cooperativa), aderir e respeitar as práticas agroecológicas, observar o período de transição (mínimo um ano e meio), participar das reuniões e treinamentos do grupo e da Rede Ecovida. Quando começar a conversão para o sistema orgânico, fundamental é que o proprietário solicite a um integrante do grupo, que comunique ao núcleo regional para realizar uma visita *in loco*, com a finalidade de avaliar as condições da propriedade (SANTOS, 2005).

Segundo o representante da Rede Ecovida (2009/2011):

Inicialmente o grupo deve se afiliar a Ecovida, apresentado o grupo, através de um padrinho na assembléia geral do núcleo. Após aprovado, o grupo solicita, através de copia de sua ata, os processos de certificação, indicando quais famílias solicitam certificação e quem serão seus representantes na comissão de avaliação de conformidade. Esta é a data "oficial" do processo de conversão. Se o grupo já faz parte da Ecovida e já tem famílias certificadas, a data de aceitação do novo sócio por parte do grupo passa a ser o início do processo de conversão. Para este processo ter validade, o produtor deve adotar, a partir daquela data, as práticas agroecológicas.

Em relação às propriedades selecionadas, o tempo de conversão variou entre 18 e 36 meses dependendo da época e grau de contaminantes existentes nas propriedades. Nas propriedades certificadas há mais tempo, naquelas certificadas desde 2004 o processo foi concluído em 36 meses, sendo que, atualmente, o período médio de conversão resulta, em média, 24 meses. Considerando que em algumas propriedades os manejos orgânicos já sejam executados, o requisito tempo para a certificação tende a baixar. De outro ângulo, observa o representante do Núcleo Serra, integrante da CAC (2009/2011), que o período de transição entre a forma de processo orgânico depende dos manejos tradicionais utilizados anteriormente, do histórico da propriedade e do empenho do produtor em se adequar, até atingir o nível de produção orgânica.

TABELA 1 - Indicação da idade, mão de obra utilizada, tempo de produção e período de conversão nas propriedades orgânicas pesquisadas

Propriedade	Idade/ Anos	Quanto Tempo Produz	Período de conversão	Mão de obra
A	35	4 anos	24 meses	Familiar
B	42	10 anos	36 meses	Familiar/ contratos temporários
C	47	3 anos	18 meses	Familiar
D	45	5 anos	24 meses	Familiar e contratos temporários

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Constatou-se que nas propriedades de produção orgânica pesquisadas, de acordo com dados constantes na Tabela 1, a mão de obra é basicamente familiar. Porém, com o passar dos anos, foi possível que esses membros familiares conseguissem se qualificar e se tornarem aptos à realização de serviços no contexto da produção orgânica, através de contratos temporários. A idade média dos proprietários pesquisados é de 41 anos, sendo que na sua totalidade já produziam de forma convencional anteriormente, conforme palavras do Presidente da Cooperativa (2009/2011).

Nas propriedades ociosas, o solo se encontra descontaminado, o que facilita o processo de transição da cultura tradicional. Nesses casos, as propriedades já nascem orgânicas. No entanto, é necessário apresentar um plano de manejo orgânico adequado a ser utilizado. Se no período de 18 meses foram atendidas todas as adequações necessárias, apontadas na primeira visita *in loco*, a propriedade recebe a visita da CAC do núcleo Serra, que vai avaliar a propriedade e conceder ou não o certificado, sustenta com suas afirmações o representante do Núcleo Serra integrante da CAC (2009/2011).

4.4 MANEJOS E CONTROLE DA VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA

O manejo dos pomares é feito com plantio de aveia azevém, servindo de cobertura vegetal do solo. O controle de plantas espontâneas é realizado através de roçadas e utilização de um secante natural, explica o proprietário da propriedade A (2009/2011). Além disso, para controle de doenças causadas pelos fungos, é utilizado biofertilizante enriquecido como supermagro, caldas bordalesas e sulfocálcicas, conforme orientação de Meireles (2005).

Segundo o Presidente da Cooperativa (2009/2011):

Os manejos na produção orgânica têm como objetivo causar o mínimo impacto possível, por isso não se utiliza o fogo, revolvimento profundo da terra e o uso de agrotóxicos. É importante manter o solo coberto por vegetação ou cobertura morta para evitar erosão. Na biodiversidade quando você começa a diversificar as culturas dentro de uma mesma área, notoriamente você vê muitas mudanças. O agricultor novamente constatou que ainda existem inimigos naturais na natureza. O que faltava para eles se instalarem era justamente uma biodiversidade na área de plantio. Não plantamos somente cenoura na

mesma leira. Sempre intercalamos com cebola, alho ou outras culturas e isso acontece com toda nossa produção.

Entre as substâncias e práticas mais usadas e permitidas no controle de pragas, autorizadas pela legislação da produção orgânica estão as armadilhas de insetos, compostos de sulfato de alumínio e enxofre, caldas bordalesas, óleo de nim, álcool etílico, extrato de fumo, preparados fitoterápicos e agentes de controle biológico de pragas, desde que aplicadas corretamente, sem contaminar as frutas das plantas (BRASIL, 2008). O uso dessas substâncias é um dos principais impasses que os associados da cooperativa enfrentam, devido à falta de informação técnica sobre a quantidade correta de produto a ser utilizada. Inclusive, para alguns itens se faz necessária uma autorização para uso dessas substâncias, podendo ser alvo de inspeção e vistoria da entidade certificadora, reforça o proprietário da propriedade D (2009/2011).

Para evitar a contaminação das frutas, que pode decorrer da aplicação de herbicidas nas propriedades vizinhas, é feita uma barreira natural, com plantio de cana de açúcar ou capim elefante em uma extensão de dois metros, nas divisas onde são aplicados esses produtos, comenta o proprietário da propriedade A (2009/2011).

Segundo Proprietário da propriedade C (2009/2011):

Atualmente já existem no mercado diversos produtos industrializados, registrados pelo MAPA e autorizados para utilização no manejo da produção orgânica, entretanto eu acredito que um dos princípios da agroecologia é a sustentabilidade (econômica, social e ambiental), por isso deve-se preferencialmente utilizar os recursos disponíveis no local, composto orgânico feito na propriedade, compostos de ervas repelentes e rotação de culturas.

Inicialmente, a propriedade C utilizava insumos externos, como óleo de nim, para o controle de insetos, pragas e parasitas. Porém, devido à dificuldade de conseguir o produto por valor acessível, foram feitas experiências com compostos preparados com pimentas vermelhas e alho produzidos na propriedade, acrescentando álcool e deixando em recesso por 30 dias. Também foram feitas experiências com folhas de samambaia e urtiga, acrescentadas ao álcool. Esses produtos são diluídos em água, servindo tanto como repelentes contra a ação de insetos, quanto fertilizantes para

plantas, deixando a propriedade totalmente autosuficiente em relação à utilização de insumos externos, diz o proprietário da propriedade C (2009/2011).

Em todas as propriedades pesquisadas são utilizadas, como fertilizantes do solo, aplicações de composto orgânico sólido, preparadas nas propriedades, com a utilização de esterco, cinzas, palhas, resíduos e restos de material orgânico, refere o proprietário da propriedade B (2009/2011) ou, ainda, um composto orgânico adquirido da empresa Ecocítus. Esse composto orgânico serve para fortalecer a vida de micro-organismos no solo, contribuindo para alimentação e proteção das plantas contra o ataque de insetos e doenças decorrentes de fragilidades (MEIRELES, 2005).

TABELA 2 - Indicação da origem dos insumos, produção, comercialização e turismo rural nas propriedades pesquisadas

Propriedade	Composto orgânico	O que produz	O que comercializa	Atividades de turismo rural
A	Ecocitros	Frutas	Compotas e geleias	Não
B	Ecocitros	Frutas, acácia	Sucos, geleias e vinhos	Sim
C	Próprio, produzido na propriedade	Frutas, olerícolas, acácia	Compotas, geleias e venda in natura	Sim
D	Próprio, produzido na propriedade	Frutas e olerícolas	Sucos, geleias e venda <i>in natura</i>	Não

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Nas propriedades de manejo orgânico de acácia negra para produção de lenha, o manejo é feito de forma diferenciada do processo convencional, onde ainda são utilizadas queimadas para que ocorra a brotação das sementes. No processo orgânico, a derrubada da lenha é feita através da seleção dos troncos mais grossos, permitindo que os mais finos cresçam, a fim de fechar o ciclo. No caso de preparar outra área para o plantio da acácia, são utilizadas sementes ativadas com água fervente antes do plantio, ensina o proprietário da propriedade C (2009/2011).

Segundo Santos (2001), nas propriedades onde a produção orgânica é praticada, importa preencher o caderno de campo, onde consta uma relação de atividades realizadas na propriedade, incluindo dados referentes à origem da matéria-prima, serviços diários realizados, produção comercializada ou beneficiada. Nas reuniões mensais da Cooperativa, são recebidas orientações de preenchimento correto do caderno de campo, garantindo a rastreabilidade dos produtos processados na agroindústria, informações ressaltadas pelo proprietário da propriedade C (2009/2011).

O proprietário da propriedade B (2009/2011), complementa, mencionando que

[...] todas as atividades realizadas na propriedade devem ser registradas no caderno de campo, incluindo o manejo, plantação, colheita, comercialização, destino da produção, aquisição de insumos, sementes, mudas e aplicação dos insumos. As aquisições devem ser comprovadas por nota fiscal. Isso permite a rastreabilidade da produção.

O caderno de campo se constitui em instrumento de fiscalização adotado pelo MAPA, através da Produção Integrada de Frutas (PIF), tornando obrigatórios os registros de dados sobre as culturas para fins de rastreabilidade, permitindo resgatar a origem do produto e todas as etapas de processos produtivos. Na produção orgânica, o caderno de campo também é utilizado para confrontar informações sobre a origem da matéria-prima e insumos, a partir da nota fiscal. É onde o produtor registra o que vai produzir, os insumos utilizados, os manejos realizados, o destino dos resíduos e da produção comercializada, esclarece Neves (2006).

4.5 VISTORIAS E FISCALIZAÇÃO

Na fiscalização feita pela CAC nas propriedades, são observados aspectos sociais e ambientais, principalmente em relação aos manejos, Áreas de Preservação Permanente (APP), preenchimento do caderno de campo e notas fiscais de comprovação da origem da matéria-prima e dos insumos, informa o representante do Núcleo Serra integrante da CAC (2009/2011).

O proprietário da propriedade A (2009/2011) traz outros dados, acentuando as determinações da CAC sobre as produções orgânicas encontradas nas divisas com propriedades de manejos convencionais, expostas à contaminação por agroquímicos.

Essas culturas devem observar uma faixa de exclusão de dez metros, no mínimo, podendo aumentar conforme relevo, direção do vento e tipo de produção ou, ainda, pelas aplicações de herbicidas da propriedade vizinha. A cultura produzida dentro da faixa de exclusão não pode ser comercializada como orgânica, porém, pode ser vendida no mercado convencional.

As formas de manejo nas propriedades são observadas pela CAC, por ocasião das vistorias, e se referem ao tipo de cobertura vegetal, formas de contenção de erosão dos solos, aplicação e origem dos compostos orgânicos, utilização de biofertilizantes líquidos e repelentes, preservação das nascentes, arroios e do percurso da água nas propriedades. A preservação das nascentes e vertentes de água nas propriedades dos associados da Cooperativa realiza-se pela conservação da mata ciliar, servindo que serve de corredor para deslocamento da fauna existente na região, além de servir de área de preservação ambiental, enfatiza o Presidente da Cooperativa (2009/2011).

4.6 CUSTO DA CERTIFICAÇÃO

O uso de tecnologias alternativas na produção orgânica, com a utilização de insumos produzidos na propriedade como adubos orgânicos, compostagens, repelentes e biofertilizantes, tem permitido produzir um alimento limpo, de melhor qualidade e de baixo custo. Além disso, o baixo investimento em equipamentos para realização do manejo é mais um aspecto vantajoso na relação dos custos da produção. Porém, o maior problema é a falta de mão de obra qualificada para trabalhar no sistema de produção orgânica, refere o Presidente da Cooperativa (2009/2011), o que inclui geração de alto custo na contratação de pessoas desqualificadas para atividades de produção e processamento.

4.6.1 Certificação Auditada

Existem diversas barreiras que dificultam o processo de certificação aos agricultores familiares. O valor estipulado pelas certificações auditadas se transforma em verdadeiro empecilho para entrar nesse mercado. Além disso, a metodologia de

certificação adotada pelas certificadoras convencionais inibe o agricultor quando se trata de buscar de informações e se apoderar do processo (MEIRELES, 2003).

Para certificar a produção, o agricultor pode solicitar, a uma certificadora particular, para realizar análise do produto a ser comercializado através de auditorias. Cada análise de produto gera um custo em torno de oitocentos reais (R\$ 800,00) por produto. O que onera o processo para agricultores familiares que cultivam uma diversidade de produtos em baixa escala, informa o representante do Núcleo Serra, integrante da CAC (2009/2011), é o valor adicional que a certificadora cobra anualmente que totaliza um custo entre três e cinco mil reais.

4.6.2 Certificação Participativa

O valor da certificação participativa realizada pela Rede Ecovida de Agroecologia é de sessenta reais (R\$ 60,00) por associado, valor utilizado para manter a estrutura legal da Rede Ecovida. O representante do Núcleo Serra, integrante da CAC (2009/2011) esclarece que, por acréscimo, é cobrado o custo da visita anual realizado pela CAC, que totaliza quarenta reais (R\$ 40,00), usado para o custeio das despesas de locomoção e diárias de um par de vistoriadores.

O representante da Rede Ecovida (2009/2011) comenta:

A Ecovida cobra uma anuidade dos seus associados (hoje R\$ 60,00 por família) e as despesas do processo de certificação (diária dos 2 conselheiros que efetuam a visita, alimentação destes e a quilometragem percorrida para efetuar a verificação). O Valor por família, por este formato, varia para cada grupo, em função das distancias entre as famílias e o numero de famílias. Na prática, quanto mais famílias tem um grupo, menor seu custo. (por exemplo: um grupo com 10 famílias, que é a media do nosso núcleo, fica em aproximadamente R\$40,00/família/ano. Ou seja, com R\$ 100,00/família/ano, cobre o custo de certificação participativa.

O processo de certificação participativa, conforme a visão da CAC, vem possibilitando uma maior adesão dos produtores convencionais às praticas de produção orgânica, devido aos custos irrisórios e à disponibilidade de uma ampla rede de informações entre os associados, através das relações de reciprocidade estabelecidas, confirma o representante do Núcleo Serra integrante da CAC (2009/2011).

4.7 MERCADO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

O produto orgânico está abrangendo cerca de 1% do mercado de alimentos e observa-se que está em constante expansão. No entanto, exige cada vez mais em relação à rastreabilidade, identidade geográfica e cultural, valorização dos processos de produção baseados em recursos renováveis e atividades sustentáveis, preservação das diversidades dos ecossistemas e das relações de trabalho com dignidade e justiça social (SCHNEIDER, *apud* REVILLION, 2010).

A certificação tem o objetivo de garantir ao consumidor a qualidade dos produtos, sendo que estes consumidores aceitam pagar um valor diferenciado pelo produto. Legitimar as atividades se torna importante, na medida em que os preços dos produtos orgânicos são mais altos que os similares convencionais. Meireles (2003), no entanto, admite que os preços cobrados pelos produtos orgânicos restringem e elitizam seus consumidores, o que impede a massificação do acesso aos produtos limpos e serve de barreira para o rompimento desse nicho de mercado.

Nesse cenário, o proprietário da propriedade B (2009/2011) atesta que a Coopernatural oferece uma variedade de produtos orgânicos como sucos, geleias e compotas de uva, amoras, pêssigo, peras, mirtilo, goiabas, figo, e morango, além da diversidade de chás e vinhos, introduzidos no mercado através de comercialização em festas tradicionais, feiras livres locais e regionais e da Economia Solidária, mas principalmente através da venda via *internet*.

De acordo com as palavras do proprietário da propriedade B (2009/2011):

Esta variedade de produtos foi se tornando economicamente viável pela divulgação e vendas através do site. Também pelas participações da cooperativa nas maiores feiras da agricultura familiar de nosso país, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Há também uma grande clientela de restaurantes e pequenos mercados preocupados com as questões ambientais e de procedência, que valorizam o produto da cooperativa e sua agroindústria.

Para competir com a cultura produzida de forma convencional, o orgânico traz o apelo da qualidade nutricional e ambiental, devido ao método utilizado na sua produção e processamento, o que proporciona vantagem em relação ao produto convencional, encontrado nas feiras locais. No mercado, esse tipo de produto é identificado através

do selo de certificação orgânica ou, no caso de vendas diretas ao consumidor, através do certificado orgânico e da credibilidade construída pelas relações comerciais e de amizade, conforme afirmação do proprietário da propriedade C (2009/2011).

O fato dos produtos orgânicos serem mais caros que os convencionais, como já mencionado acima, está ligado, pelo posicionamento do proprietário propriedade C (2009/2011), à baixa disponibilidade dessa cultura em âmbito nacional. Haja vista que na oferta local, para venda direta ao consumidor, o produto é comercializado, muitas vezes, ao mesmo preço do convencional, a fim de garantir a colocação no mercado. Nesse caso, a estratégia de comercialização esta focada em primeiramente conscientizar o consumidor da importância de uma alimentação saudável para, depois de consolidada a clientela, atribuir valor adequado ao produto.

Na Coopernatural, cada associado vende para a cooperativa o seu produto, via talão do produtor rural, sendo a cooperativa responsável pela sua comercialização em território nacional. As vendas e pedidos efetuados nas feiras são executados através de nota fiscal da cooperativa. Do valor total conseguido com a negociação, à Coopernatural cabe vinte por cento (20%) a título de fazer frente às despesas com impostos e logística de entrega, repassando o restante ao produtor associado, que forneceu o produto para comercialização.

Nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo a Cooperativa mantém um representante que realiza as vendas, busca novos clientes, faz pesquisas de novos produtos, a fim de atender os anseios do consumidor. Nesses Estados, os representantes recebem dez por cento (10%) do valor das vendas realizadas. No mercado local e regional também há venda informal, onde o produtor fica com o total da venda realizada, pois executa a negociação fornecendo nota fiscal do talão de produtor rural, não necessitando de certificação, no caso da venda direta, diz o Presidente da Cooperativa (2009/2011).

Com o trabalho de divulgação feito nas feiras, cada vez mais abrem-se as portas do mercado, tanto regional quanto nacional, para comercialização dos produtos orgânicos via *site*. As feiras também têm contribuído para a conscientização dos consumidores, na valorização dos produtos cultivados de maneira diferenciada, como é a questão do produto orgânico, garantindo melhores condições de preços em um nicho

de mercado altamente lucrativo. A perspectiva de crescimento nos próximos anos se mostra interessante, devido ao crescimento do poder aquisitivo das classes C e D no Brasil, prediz o representante da Rede Ecovida (2009/2011).

Um potencial mercado para comercialização de produto orgânico, produzido pela Coopernatural, também foi identificado através do mercado institucional, envolvendo o poder público municipal, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para todas as escolas municipais. Calcanhoto, Ferreira e Santos (2008) sugerem que, pela proximidade do município de Picada Café-RS com os centros urbanos como Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Esteio, Canoas e Porto Alegre é possível abastecer, de maneira organizada, as escolas dessas cidades. Portanto, há possibilidade de atender os trinta por cento (30%) do PAA, quantidade necessária de produto que pode ser fornecido *in natura* ou beneficiado na agroindústria local, visto que a demanda é bem superior à produção nesses municípios.

Em âmbito local, a Coopernatural já fornece seus produtos para merenda escolar das escolas municipais e estaduais. Abastece também as creches municipais para a alimentação das crianças do turno integral, no município de Picada Café-RS, comenta o Presidente da Cooperativa (2009/2011).

Segundo Miele, Schultz e Waquil (2010), por ser tratar de um mercado de nicho, direcionado a um público alvo específico, o produto orgânico tende a se expandir com o crescimento das classes sociais C e D, como já referido acima. No Brasil, o consumidor de produto orgânico se caracteriza pelo seu maior poder aquisitivo, grau de escolaridade e a preocupação com a saúde individual e familiar. Cresce a tendência do mercado para a comercialização desses produtos, pois a demanda pelos orgânicos se acentua, o que pode resultar em oportunidades para os associados da Coopernatural, complementa o Presidente da Cooperativa (2009/2011).

CONCLUSÃO

No decorrer do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural foram realizadas diversas tarefas, referentes ao desenvolvimento agrário ao longo da história do Brasil e do mundo. O embasamento teórico adquirido ao longo do curso fundamentou a aplicação do estudo à realidade agrária de Picada Café-RS, com o propósito de ampliar a produção orgânica existente. Constatou-se que uma das principais dificuldades para que o produtor inicie o processo da cultura orgânica está associada à desinformação de como se processa a certificação de produtos.

De acordo com o verificado durante o estudo, a potencialidade no município se direciona rumo à expansão da produção orgânica, como se constata pela existência da cooperativa para a comercialização desses produtos e sua inserção no mercado. O assunto desperta o interesse dos agricultores familiares, principalmente dos mais jovens, por uma produção alternativa à convencional, percebendo que se estiverem organizados em grupos ou cooperativas terão maiores possibilidades de produzir, agregar valor e comercializar a produção com retorno financeiro justo.

As unidades de produção orgânica cultivam uma série de alimentos com vistas a garantir a segurança alimentar da família. A renda gerada na comercialização dos produtos, com custos de produção inferiores à convencional, exige que as propriedades se estruturam para oferecer atividades alternativas, que agregam e geram renda, no caso do turismo rural.

Essa é uma das alternativas para as propriedades ociosas que, com o passar dos anos, pararam de produzir ou produzem com foco na subsistência familiar, retomando o interesse dos mais jovens a permanecer e gerir as atividades da propriedade de forma harmônica e autossustentável.

Por este estudo ficou demonstrado que a certificação surgiu pela necessidade de os produtores orgânicos obterem uma marca que os diferenciasse. De outro ângulo, foram criadas normas e legislações que asseguraram ao consumidor a qualidade orgânica do produto. A partir desse conceito, o produtor de alimentos orgânicos de Picada Café-RS optou pela certificação participativa, através de sua cooperativa de produtores, associada ao Núcleo Serra da Rede Ecovida, desenvolve a produção

através de processos de geração de credibilidade solidária, envolvendo produtores, técnicos e consumidores, que atestam a qualidade orgânica nas vistorias realizadas pela comissão de avaliação do Núcleo Serra.

Observou-se, no decorrer desta pesquisa que, para conseguir a certificação, o produtor precisa estar associado a um grupo e solicitar ao núcleo uma visita para avaliar as condições da propriedade, a fim de iniciar o processo de transição. A partir desse momento, necessita aderir às práticas agroecológicas, adaptando manejos e utilizando compostagens e biofertilizantes preparados com recursos existentes na propriedade, tornando-a autossustentável.

Na certificação participativa todas as atividades realizadas na propriedade devem ser registradas no caderno de campo, garantindo a rastreabilidade da produção, servindo para confrontar informações sobre a origem dos insumos e matéria prima utilizada na produção e industrialização, comprovadas a partir da nota fiscal.

Necessário é, também, que as propriedades estejam abertas às visitas e aceitem o recebimento das vistorias da comissão de avaliação, que fiscaliza o produtor e o grupo a quem ele pertence, apontando adequações e instruindo sobre as questões que norteiam a agroecologia. A fiscalização começa dentro do próprio grupo, onde existe uma comissão de ética que informa o núcleo regional sobre os problemas e adequações a serem realizadas nas propriedades associadas, servindo de mecanismo de autofiscalização entre os membros do grupo.

Constatou-se que nos procedimentos de vistoria são observadas as práticas adotadas em relação aos manejos da produção, proteção das divisas, adoção correta do caderno de campo, formas de processamento na agroindústria e cumprimento da legislação sanitária, ambiental e da produção orgânica.

Para obter êxito, portanto, verificou-se a necessidade de investimento em conhecimento técnico quanto ao manejo da produção orgânica e tecnologia para beneficiamento. Informações que são disponibilizadas aos produtores associados à Coopernatural e a rede Ecovida.

O desenvolvimento da agroindústria mostrou-se como o elemento possível para agregar valor aos produtos, quando os produtores os comercializam entre a rede ou via cooperativa, que possui um mercado consolidado por meio de marca própria. O trabalho de divulgação feito nas feiras da economia solidária, patrocinado pelo MAPA, tem sido fundamental na conscientização dos consumidores e na introdução dos produtos da Cooperativa em um mercado diferenciado e lucrativo.

Percebeu-se, conforme os dados apresentados neste trabalho, que o produto orgânico certificado atende ao nicho de mercado em que o consumidor está cada vez mais exigente e informado quanto à qualidade e às questões ambientais e sociais que envolvem esse tipo de produção. Fica evidente que, para conseguir entrar nesse mercado de nicho, é preciso diferenciar seus produtos através de selos de qualidade orgânica, atribuída através da participação na Coopernatural e na Rede Ecovida. Devido às características das propriedades familiares de Picada Café-RS, de policultivos em pequena escala, a certificação participativa em rede é a mais adequada a essa realidade, o que se transforma em opção viável aos associados da Coopernatural.

No decorrer da pesquisa, observou-se que as redes sociais construídas através dos 27 grupos ligados ao núcleo Serra da rede Ecovida, têm conseguido repassar intenso volume de informações, para capacitar o agricultor em produção orgânica e realizar a certificação participativa. O procedimento se torna possível pelas relações estabelecidas e trocas de conhecimento entre técnicos, produtores e consumidores que, através de um mecanismo de geração de credibilidade mútuo, vem conseguindo preparar o produtor orgânico para atender as exigências de certificação participativa e legislação ambiental.

Nos estudos empreendidos, referente à estrutura de funcionamento da Rede Ecovida, constatou-se que, através dos núcleos regionais de certificação participativa e da utilização de instrumentos de inspeção e visitas, por meio das respostas obtidas pelos entrevistados, é viável gerar a confiança e a credibilidade necessária para que o consumidor possa ingerir produtos orgânicos, produzidos pelos associados da rede. O que também possibilita que os associados da cooperativa desenvolvam suas propriedades, de maneira a contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar de Picada Café-RS.

REFERÊNCIAS

ANVISA, **Resolução nº 23**, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2000/23_00.htm> Acesso em: abr. 2011.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ASSOCIAÇÃO Ecovida de Certificação Participativa. **Normas de organização e funcionamento**. (2001). Florianópolis/Lages, SC. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA011&sa=SA000&codPublicacao=NOT00041&codIdio ma=1>> Acesso em: 05 dez. 2010.

BADEJO, Marcelo Silveira. **Logística, agroindustrial, estratégias para vantagem competitiva**. Material didático Derad 19, Módulo III. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=84396>> Acesso em: 10 jul. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.323**. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Brasília. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm> Acesso em: abr. 2011.

_____. **Lei Federal nº 10.831**. Dispõe sobre a agricultura orgânica, apresentando o conceito, formas de certificação e de fiscalização da produção. Brasília (2003). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm> Acesso em: abr 2011.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução normativa nº 18**. Regulamento Técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos. [S.I]: (2009). Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/servlet/VisualizarAnexo?id=15305>>. Acesso em: mar. 2011.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução normativa nº 19**. [S.I]: (2009). Disponível em: <http://www.uvibra.com.br/Inst_Normativa19de15_12_03.doc> Acesso em: mar. 2011.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução normativa nº 64**. Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal [S.I]: 2008. Disponível em: <http://www.prefiraorganicos.com.br/media/5921/intrucaonormativa_64_de_dez_2008>. Acesso em: dez. 2010.

CALCANHOTO; FERREIRA; SANTOS. (2008). **Políticas para a agricultura familiar**. Material didático Derad 21, módulo IV. Porto Alegre, (2008). Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=10540>> Acesso em: mar. 2011.

CARDOSO, Susana. **Gestão da qualidade e legislação**. Elaboração e Avaliação de Projetos Agroindustriais. Material didático Derad 21, Módulo III. [S.l.], (2010). Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/10540/MODULO_3_Texto_Basico.pdf> Acesso em: 02 out. 2010.

COOPERNATURAL Cooperativa Agropecuária de Produtos e Comércio Vida Natural. Picada Café-RS (2010). **Vida natural**. Disponível em: <http://www.coopernatural.com.br> Acesso em 05 dez. 2010.

DAL SOGLIO, Fabio; KUBO, Rumi Regina. **Agricultura e sustentabilidade – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FLORES, Hilda A. Hubner; FLORES, Moacyr. **Picada Café**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FRITSCH, Ricardo E. Secretário Municipal da Agricultura. **Informações sobre a situação da agricultura no município de Picada Café**. Dezembro de 2010. (Informação Oral).

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HEYLMANN, Décio W. **Relatório final de estágio**. Material didático Derad 22, Módulo III. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/assignment/view.php?id=86767>>. Acesso em: 13 out. 2010.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow>

KLAUCK, Sinésio G. **Pesquisa sobre as propriedades rurais do município de Picada Café**. 2009. (Informação Oral).

LOURENÇO Joaquim Carlos. **Logística agroindustrial: desafios para o Brasil na primeira década do século XXI**. [S.l]: Eumed.net (2010). Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2010d/794/Agroindustria.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

MEIRELES, Laércio R.. **Certificação e dominação**. Ipê (1994). Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/artigos.php>>. Acesso em: mar. 2011.

_____. **A Certificação de produtos orgânicos, caminhos e descaminhos**. Ipê (2003). Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/artigos.php>>. Acesso em: mar. 2011.

MEIRELES, Laércio R.; RUPP, Luis C. **Agricultura ecológica** - Princípios Básicos. Ipê, 2005. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/agricultura.php>>. Acesso em: mar. 2011.

MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco; WAQUIL, Paulo Dabdab. **Mercados e comercialização de produtos agroindustriais, cadeias produtivas e sistemas agroindustriais**. Material didático Derad 20, Módulo II. [S.I.], (2010). Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=10239>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

NEVES, Cristina Prata.; NEVES, João Francisco. **Agricultura orgânica e produção integrada: diferenças e semelhanças**. Brasília (2006). Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v23/v23n2-3p191.pdf>>. Acesso em: mar. 2011.

PRETO, Jose Miguel. **Inserção em mercados agroindustriais**. Elaboração e Avaliação de Projetos Agroindustriais. Material didático Derad 21, Módulo I. [S.I.], 2010. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=98734>>. Acesso em: 02 out. 2010.

RÉVILLION, Jean Phillipe. **Componentes gerais da legislação relativa a processamento e certificação de produtos de origem animal e vegetal**. Material didático Derad 19, módulo 3. [S.I.]: 2010. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9878>>. Acesso em 18 dez. 2010.

_____. **Inovação e diferenciação de produtos agroindustriais**. Material didático Derad 19, módulo 3. [S.I.]: (2010). Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9878>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. **Perspectivas e alternativas relacionadas com a concorrência entre o setor varejista e a agroindústria**. Material didático Derad 19, módulo 1. [S.I.]: (2010). Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9878>>. Acesso em 20 dez. 2010.

_____. **Restrições e alternativas para o desenvolvimento da agroindústria familiar no RS**. Material didático Derad 19, módulo 3. [S.I.]: (2010). Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9878>>. Acesso em 20 dez. 2010.

SANTOS, Carlos Rebelato. **Projeto nº 52.0847/01-6, Certificação participativa em rede: Um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no sul do Brasil**. [S.I.]: (2005). Disponível em: <<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/Certificacao%20em%0Luiz%20Rebelatto%20Santos.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2010.

SANTOS, Carlos Rebelato. **Formação e consolidação da rede ecovida de agroecologia e a sua experiência de certificação participativa.** [S.l.]: (2001).

Disponível em: <<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/Rede%20Ecovida%202003.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

SCHMITT, Claudia Job. **Transição para a agroecologica na região sul.** Rio de Janeiro, RJ, 2002.

SCHNEIDER, Jose Odelso. **Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo.** Material didático Derad 19, Módulo III. São Leopoldo (2004). Disponível em: <<http://www.redelaldia.org/IMG/pdf/0401.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

TONIETTO, Jorge e MANDELLI, Francisco. **Uvas americanas e híbridas para processamento em clima temperado.** Disponível em:

<<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br//Uva/UvaAmericanaHib.htm>>. Acesso em: abr. de 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso** – planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A P Ê N D I C E S

APÊNDICE A: Questionário para os produtores rurais orgânicos

1. Nome, idade e sexo.
2. Há quanto tempo trabalha na agricultura orgânica e quantos hectares estão em produção?
3. Qual seu ramo de atividade, o que produz?
4. Quais a primeiros passos observados para transição de convencional para orgânico.
5. Quem faz a fiscalização nas propriedades orgânicas e como ela é realizada?
6. Qual o período estabelecido pela comissão certificadora para que houvesse a conversão?
7. Qual o manejo adotado na propriedade de acordo com a produção orgânica?
8. Quais os insumos orgânicos utilizados para ajudar no manejo da produção orgânica?
9. Quais as observações da comissão certificadora quanto às divisas com propriedades convencionais?
10. Como são feitos os procedimentos na adoção do caderno de campo, o que é registrado neste livro?
11. Qual a maior dificuldade em período de produção, mão de obra, industrialização e comercialização dos produtos?
12. Há alguma atividade relacionada ao turismo rural nas propriedades de produção orgânica?
13. Quais os principais custos com a certificação e utilização de insumos orgânicos?
14. Quais as fontes de informações, cursos e treinamentos realizados para trabalhar com a produção orgânica?
15. Quais as fontes de informações utilizadas quanto a utilização de produtos e insumos alternativos para prevenção de doenças, fertilidade do solo e controle de pragas?
16. Como acontece a comercialização dos produtos in natura e industrializados?
17. Como o consumidor diferencia um produto orgânico do convencional?
18. Tem conhecimento da legislação ambiental? Como está se adequando a ela?

APÊNDICE B: Questionário para o representantes da Coopernatural sobre procedimentos da agroindústria.

1. Em que região/cidade atua?
2. Como vê a industrialização da produção orgânica?
3. Quais são as vantagens e desvantagens na comercialização de produtos orgânicos certificados e industrializados?
4. Qual a procedência dos produtos industrializados e qual a destinação dos resíduos gerados pela agroindústria.
5. Atualmente a agroindústria atende a demanda de processamento dos produtores orgânicos, ou há falta de matéria prima orgânica para atender a demanda por produtos orgânicos com a marca da Coopernatural?
6. Como são armazenados os produtos industrializados e qual o tempo de vida de prateleira dos produtos orgânicos industrializados?
7. Quais os procedimentos exigidos pela certificadora quanto ao processo de industrialização orgânica e quem faz esta fiscalização?
8. Qual o selo de qualidade utilizado pela agroindústria e quem fornece e fiscaliza a utilização correta deste selo?
9. Quais os principais canais de comercialização dos produtos industrializados e quanto representam em percentual de vendas cada um desses canais?
10. Quais as principais estratégias de marketing utilizadas para divulgar os produtos da Coopernatural?
11. Como pode ser avaliado o grau de satisfação do consumidor com o produto orgânico industrializado?
12. Como vê a relação do poder público com relação à produção orgânica e na instalação da agroindústria?

**APÊNDICE C - Questionário para o representante da Rede Ecovida
quanto aos procedimentos exigidos pela certificadora**

1. Em que região/cidade atua?
2. Como são escolhidos os representantes desta comissão de fiscalização?
3. Qual os primeiros passos exigidos pela certificadora para que ocorra a transição de uma propriedade convencional para a de produção orgânica?
4. Como são feitas as vistorias nas propriedades?
5. Quanto custa a realização da certificação nas propriedades?
6. A certificadora fornece informação e capacitação referente à adequação dos processos produtivos, utilização de insumos orgânicos alternativos?
7. Os associados à Rede Ecovida tem a disposição cursos que visem orientações técnicas aos produtores orgânicos?
8. O que a certificadora proporciona e cobra das propriedades quanto à legislação ambiental? Existe alguma capacitação dos proprietários?
9. A certificação participativa tem respaldo junto aos órgãos governamentais para atuar em todo território nacional, sem restrições quanto aos mercados de nicho mais distantes?

APÊNDICE D - Questionário para o representante da Comissão de Avaliação de Conformidade do Núcleo Serra, quanto aos procedimentos exigidos pela certificadora

1. Qual a estrutura da Rede Ecovida, Em que região/Estado/cidades atua?
2. Quantos núcleos/ grupos e famílias estão envolvidas.
3. Como são escolhidos os representantes desta comissão de fiscalização?
4. Quais os primeiros passos exigidos pela certificadora para que ocorra a transição de uma propriedade convencional para a de produção orgânica?
5. Como são feitas as vistorias nas propriedades?
6. Quanto custa a realização da certificação nas propriedades?
7. A certificadora fornece informação e capacitação referente à adequação dos processos produtivos, utilização de insumos orgânicos alternativos?
8. Os associados à Rede Ecovida tem a disposição cursos que visem orientações técnicas aos produtores orgânicos?
9. O que a certificadora proporciona e cobra das propriedades quanto à legislação ambiental? Existe alguma capacitação dos proprietários?
10. A certificação participativa tem respaldo junto aos órgãos governamentais, (MAPA) para atuar em todo território nacional, sem restrições quanto aos mercados de nicho mais distantes? Tem algum técnico da Rede Ecovida trabalhando com o MAPA?
11. Quais as perspectivas quanto ao mercado orgânico para o futuro?